

A PROPÓSITO DO MODO DE PERGUNTAR DE NIETZSCHE PELA SIGNIFICAÇÃO DO NIILISMO

André Luis Muniz Garcia
Universidade de Brasília

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir o conceito de niilismo em Nietzsche a partir de um novo ponto de vista. Partiremos de uma concepção ampla do conceito de niilismo, a saber, enquanto *Entwertung*, e então discutiremos alguns pontos específicos desta noção. Em seguida, apresentaremos o niilismo como modo de interpretação que orienta o pensamento científico, especialmente o de viés positivista. Para isso, pretendemos mostrar qual a relação do niilismo com o tema da neutralidade axiológica presente na interpretação científica.

Palavras-chave: Nietzsche, niilismo, ciência, interpretação, valor.

Abstract: The present article aims to discuss the concept of nihilism in Nietzsche's thought from a new point of view. We will start from a broad conception of nihilism, namely nihilism as kind of *Entwertung*, and then we will discuss some specific points of this notion. After this, we will present a approach to the following topic: nihilism and scientific thought, considering mostly the positivist bias. For this, we intend to show the relationship between nihilism and Nietzsche's hispothesis of the axiological neutrality in the scientific interpretation.

Keywords: Nietzsche, nihilism, science, interpretation, value.

Certamente quando o termo niilismo é invocado em círculos de discussão sobre a filosofia de Friedrich Nietzsche, dois nomes parecem conjuntamente se apresentar, claro, pela importância que ambos tiveram e ainda têm no recrudescimento da discussão feita em torno da recepção, por Nietzsche, do tema do niilismo: trata-se aqui de Martin Heidegger e

Wolfgang Müller-Lauter¹. A história da famosa *disputatio* Heidegger-Müller-Lauter, especialmente em torno do tema do niilismo, é, para todo iniciante na filosofia de Nietzsche, um caminho incontornável; talvez mais ainda: é um ótimo modo de aprender como se deve argumentar, problematizar e, então, transmitir conhecimento em filosofia. Esse artigo não pretende adentrar nos longos e estreitos corredores desse embate, mas simplesmente tomá-lo (e nesse sentido respeitá-lo) como ponto de partida para uma antiga questão que sempre foi tergiversada pelo direcionamento de nossa pesquisa. A pergunta era a seguinte: por que Nietzsche não teria colocado adequadamente a questão *sobre o sentido do niilismo*? – o que para muitos intérpretes representava o golpe mais radical dado por Heidegger à crítica nietzscheana ao niilismo. Não saber perguntar, não saber colocar-em-questão, não saber problematizar é algo que, no caso da filosofia madura de Nietzsche, soa a um estudioso de seu pensamento acusação gravíssima. No volume segundo da obra sobre a filosofia de Nietzsche, publicada a partir da compilação de suas aulas e seminários, Heidegger é categórico ao afirmar:

Justamente naquilo e por meio daquilo que Nietzsche julga superar o niilismo, a saber, pelo ato de por (*Setzung*) novos valores a partir da vontade de poder, [nisso] apresenta-se apenas o niilismo propriamente. [...] A pergunta (*Frage*) de Nietzsche, o que significa niilismo, é [...] uma pergunta que ainda pensa, por seu lado, de maneira niilista. (HEIDEGGER, 1989, vol II, p. 240-1)

Por ter se furtado a um diagnóstico do niilismo como “movimento histórico” do pensamento ocidental na esteira do ocultamento do ser, já que ao invés disso Nietzsche teria apenas pensado o niilismo como mera tendência do pensamento metafísico sustentado por uma autodivinição da razão esclarecida, Heidegger acusa-o de manter pressuposto aquilo que seu pensamento julgava estar problematizando. Como bem observa Müller-Lauter, Heidegger toma como embotecido, antes de mais nada, *o modo de perguntar nietzscheano* pelo sentido do niilismo, justamente porque nele a pergunta pelo ser *como tal* espelharia o modo próprio de perguntar da metafísica, e é nesse sentido que Heidegger afirma, na famosa dissertação

¹ O presente texto é uma versão modificada da conferência apresentada em ocasião do V Colóquio Nietzsche da Unicamp - “Viver com o niilismo”, em outubro de 2013.

Die seinsgeschichtliche Bestimmung des Nihilismus (1944-46), que a metafísica *enquanto metafísica* nada mais abrigaria do *que um pensamento que pensa de modo niilista*, nada mais representaria do que um pensamento que, enquanto pensa o ser *enquanto* ser, pensa-o *enquanto nada é*. Em suma, Heidegger viria a contrapor, como é sabido, o imobilismo do pensamento do ser *como tal* a uma história fenomenológica, a um modo de perguntar e narrar que se guiaria pelo *vir-a-aparecerdo ser*, modelo histórico-descritivo que superaria aquela narrativa metafísica, aquele modo de descrever o ser enquanto *nada é* efetivamente. Talvez não seja equivocados afirmar que Heidegger se vê forçado, por economia metodológica, a acusar Nietzsche de ocultamento justamente porque ele pensa o ser *como tal*, pensa-o *enquanto vontade de poder*. E aqui novamente Müller-Lauter é bastante preciso ao comentar essa interpretação de Heidegger:

Heidegger parte disso, a saber, que Nietzsche entende o niilismo como *Entwertung* dos valores superiores atuais (*der bisherigen obersten Werte*); sua superação do niilismo deve seguir a transvaloração dos valores. O princípio de transvaloração, bem como de todo ato anterior de por valor (*Wertsetzung*), é vontade de poder. Com esse princípio, Nietzsche estaria pensando, e esse é o ponto de vista de Heidegger, no ser como tal. (MÜLLER-LAUTER, 2000, p. 268).

A longa resposta de Müller-Lauter a essa acusação é, a nosso ver, um capítulo ainda pouco explorado pela pesquisa-Nietzsche no Brasil. Evitando discurso laudatório, mas apenas para destacar o rico legado filosófico desse debate, gostaríamos de comentar uma *nuance* dessa supracitada interpretação de Müller-Lauter da interpretação heideggeriana de Nietzsche. Pretendemos retomar aqui, portanto, a própria noção de *Entwertung* (palavra mantida acima, propositadamente, sem tradução) e sua função no argumento de Nietzsche acerca do *significado* do niilismo.

Müller-Lauter sabe muito bem que a assim chamada “*Entwertung* dos valores superiores atuais” é uma das mais decisivas formulações privadas de Nietzsche para o problema do niilismo. No outono de 1887, portanto, na época em que a *Genealogia da Moral* veio à tona, Nietzsche redige,

privadamente, a anotação 9[35](27)², que se tornou muito conhecida entre os pesquisadores, mas por outro motivo, qual seja, ela apresenta conceitualmente dois sentidos de niilismo, um passivo e outro ativo. Ele escreve:

1. O niilismo um estado normal.

Niilismo: falta o objetivo, falta a resposta ao “por quê?” o que significa niilismo? – que dos valores superiores se subtrai valor (*daß die obersten Werthe sich entwerthen*).

[...]

ele [o niilismo] põe o valor das coisas nisto, a saber, que ao valor não corresponderia e [não] corresponde qualquer realidade, mas sim apenas um sintoma de força do ato de por valor (*Werth-Ansetzung*), uma simplificação para fins da vida (*eine Simplification zum Zweck des Lebens*). (KSA 12, 9 [35] (27), p. 350-2)

Uma longa parte foi subtraída, talvez a mais conhecida, como dito, aquela na qual Nietzsche explicita os dois sentidos de niilismo, passivo e ativo, e o motivo disso é simples: nossa atenção está direcionada aqui para interpretar e traduzir o verbo *entwerthen*, a fim então de contextualizá-lo com nosso argumento. A razão pela qual não se optou pela simples versão do vernáculo para o nosso *desvalorizar* é que Nietzsche não pensa meramente no processo de rebaixamento, de depreciação dos valores superiores, como nos parece sugerir o verbo *desvalorizar*. O que Nietzsche parece dizer é que, do *ponto de vista do niilismo*, para que algo *engendre valor-niilista é preciso, antes de mais nada, subtrair-lhe todo e qualquer valor*, e é exatamente a isso que Nietzsche chama de “estado normal”. O estado normal, um estado no qual tudo se encontra como que convencionalizado, pois tudo ali seria “usual” – tal estado é aquele no qual a perspectiva niilista, de modo paradoxal, *põe valor justamente ao subtrair o valor posto por um outro ato*, ao qual Nietzsche denomina ali “superior”. Pelo menos desde *Para Além de Bem e Mal*, especialmente na seção 224,

² As obras de Nietzsche serão citadas conforme à edição: NIETZSCHE, F. *Sämtliche Werke: Kritische Studienausgabe in 15 Bänden*. Hg. G. Colli und M. Montinari. Berlin/New York: Walter de Gruyter/DTV, 1999. KSA é a sigla que abrevia a mencionada edição, o que vale tanto para as obras como para as anotações não publicadas. Todas as traduções serão de nossa autoria.

Nietzsche já defendia que nenhum valor pode ser pensado em separado da força que o põe; nenhum ato de valorar pode prescindir de uma afeto de comando que, para se apropriar do objeto, nomeia-o, interpreta-o, confere-lhe sentido segundo seus próprios interesses e desígnios. Nietzsche, aliás, teria chamado isso, no caso exemplar da seção 2 da primeira dissertação da *Genealogia da Moral*, de “direito senhorial” do tipo nobre³.

Ora, no próprio corpo do apontamento póstumo supracitado, Nietzsche vai aos poucos adicionando material àquela primeira hipótese, qual seja, que o sentido do niilismo é o sentido dos valores adquiridos via *ato de subtração da realidade de um valor posto pelo tipo nobre*, pois é a isso que denomina, a nosso ver, *Entwertung*. Ele afirma que o niilismo não consiste em um movimento que simplesmente “puxa para baixo” o que é superior, antes, consiste em um ato específico de “por valor (*Werth-Ansetzung*)”. Aqui, claramente, cabe se perguntar: ora, mas como se dá o ato de por valor niilista, como ele valora, interpreta, dá sentido, com o intuito de se apropriar de algo dito “superior”? Num primeiro momento, a resposta parece ser genérica, ele afirma que o ato de valorar niilista, enquanto *subtração daquilo que há de superior numa valoração*, representa a extração da realidade do valor, e no apontamento, em um trecho que não citei, havia exemplificado isso por meio dos seguintes valores-conceitos: “verdade em si” e “coisa em si”⁴. De modo reiterado, ele sustenta lá que “não há propriedade absoluta das coisas”, e isso, parece-nos, mostra mais precisamente o que para Nietzsche significa subtrair a realidade do valor, a saber, que algo engendra valor por meio de um *ato que visa a atemporalizar o valor de algo*. O que significaria então subtrair a temporalidade de um valor conferido a algo (por exemplo, quando aquele que põe valor concebe algo com valor “em si”)?

Não precisamos ir longe para encontrar uma resposta. Nietzsche trata desse tema na mesma série da anotação póstuma citada, a de número 9[40](30). Na mesma série do caderno de anotações do outono de 1887, portanto, ele

³ “(Das Herrenrecht, Namen zu geben, geht so weit, dass man sich erlauben sollte, den Ursprung der Sprache selbst als Machtäusserung der Herrschenden zu fassen: sie sagen “das ist das und das”, sie siegeln jegliches Ding und Geschehen mit einem Laute ab und nehmen es dadurch gleichsam in Besitz.)” NIETZSCHE, F. *Genealogie der Moral* 2, KSA 5, p. 260.

⁴ “Daß es keine Wahrheit giebt; daß es keine absolute Beschaffenheit der Dinge, kein ‚Ding an sich‘ giebt”. KSA 12, 9[35](27), pág. 352.

ataca a hipótese de acordo com a qual *sentidos ou significados em si* têm que ser pensados seguindo este pressuposto, a saber, têm que ser pensados enquanto propriedades “totalmente separadas da interpretação e da subjetividade”.⁵ Com isso ele quer dizer que todo “em si” supõe, antes de mais nada, um estar-fora de uma série de interpretações ou avaliações historicamente determinadas, e que isso seria, conclui no apontamento 9[40](30), uma “hipótese totalmente inútil”. Cito um trecho central desse apontamento:

Estar-se-ia supondo que o interpretar e o ser-subjetivo não seriam essenciais, que uma coisa, desprendida (*gelöst*) de todas as relações, seria ainda uma coisa. (KSA 12, 9[40](30), p. 353)

A irritação de Nietzsche com a adjetivação “em si”, terminologia para um (suposto) valor subtraído de temporalidade, parece ser uma irritação causada por *não entender* como algo poderia, sendo uma interpretação, supor-se fora de toda e qualquer ação de interpretar, fora de todo e qualquer ato de dar sentido, de um sentido que se supõe *neutro* (ato (*temporal*) de *significar*). Não estamos querendo dizer com isso que Nietzsche está aqui simplesmente anulando a interpretação daqueles que supõem que algo possa engendrar valor de modo *neutro*, independente de outros modos de valorar, independente de circunstâncias e condições *no tempo*, independente de qualquer série historicamente determinada de valor. Antes, Nietzsche, a nosso ver, busca *entender por que eles entendem assim e não de outra maneira o ato de interpretar*. Em suma: o que sua interpretação quer mostrar é, antes de mais nada, que todo ato de por valor que supõe o valor para além da *esfera subjetiva*, portanto, além (ou aquém) de uma série de interpretações, é um ato orientado também por uma “vontade de interpretação”, mas uma que se *orienta pela neutralidade axiológica do próprio interpretar*.⁶

O problema da atemporalidade do valor, que Nietzsche havia sugerido no citado apontamento póstumo a partir da problematização do “valor absoluto”, isto é, problematização do valor incondicionado

⁵ KSA 12, 9[40](30).

⁶ Partilhamos conscientemente da noção, tal como criticada por Max Weber, de *Wertfreiheit*. Cf. WEBER, Max Die 'Objektivität' sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis, in: *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, hrsg. v. Johannes Winckelmann, Tübingen 1988.

pretendido por uma interpretação - tal problema da atemporalidade do valor faz do niilismo, enquanto um estado sob o qual os valores parecem ter adquirido certa estabilidade, inequivocidade de sentido, a rota principal do pensamento ocidental para seu mais decisivo golpe contra todo ato superior de valorar, qual seja, a exigida neutralidade axiológica por parte daquele que interpreta. Ora, vários são os “tipos psicológicos” caracterizados por Nietzsche nesse contexto, mas um em especial nos interessa aqui: o “tipo cientista”.

Isso, aliás, aparece no apontamento 9[35](27), anteriormente citado, que trata do significado do niilismo enquanto *Entwertung*: o ato de por valor pelo niilismo, enquanto ato de *subtração* do valorado de contextos interpretativos, de domínios semiológicos, em suma, enquanto subtração da coisa valorada de sua “história”, representa, aos olhos de Nietzsche, um “sintoma de força” *desse que interpreta assim*, pois representa um modo de apropriação por parte daquele que coloca o valor *desse maneira*. Com efeito, também a subtração das condições nas quais um valor surgiu, cresceu e se estabilizou é um ato de apropriação, um “querer-poder”, justamente porque Nietzsche visualiza por detrás desse ato da *Entwertung* o mais sutil e refinado modo de se apoderar de algo, qual seja, por meio de modos de interpretar e valorar que fossem considerados “absolutos”, incondicionados, em suma, imunes a contextos e condições históricas⁷. E é sob esse aspecto que Nietzsche procura sempre *tipificar* o niilismo na figura de um intérprete, na figura de *alguém que põe o valor nas coisas supondo-o neutro nesse ato* - exemplarmente, o cientista.

Talvez o encaminhamento dado por nossa inflexão já tenha levado o leitor a conceber o “tipo cientista”, como figura decisiva dessa personificação. O tema do ascetismo parece convergir com o tema do niilismo da consciência científica justamente nesta direção, a saber, da suposta neutralidade axiológica reivindicada pelo discurso do cientista; mas Nietzsche sabia muito bem de um outro detalhe: a neutralidade também teria sido reivindicada pelo discurso metafísico, e é sob o pressuposto da neutralidade axiológica - o ato de por valor em si - que ambos os discursos poderiam ser aproximados. Resta ainda explicar esse ponto, pois aqui reside uma das mais decisivas apostas de Nietzsche nas obras de maturidade: a

⁷ Consultar, sobre esse tema, a seguinte série de apontamentos póstumos: KSA 12, 2[148]; 12, 2[149]; 12, 2 [150] e 12, 2 [151]. Estes são fundamentais para o argumento ora apresentado.

noção de ciência do século XIX, a orientação positiva do conhecimento, não representa a superação da metafísica, tal como julgava seu fundador, Auguste Comte, mas sim a super pontencialização de seu ideal: a ciência positiva quer a verdade a qualquer custo, *quer* a “verdade como valor em si” – assim soa a clássica afirmação de Nietzsche na seção 24 da terceira dissertação da *Genealogia da Moral*. A ciência alcançaria então a verdade do discurso, a certeza do saber justo ali onde o resultado esperado pelo método é *isento*, ali onde o resultado encontra-se livre de determinações de contextos, circunstâncias, perspectivas, para além de todo e qualquer “aspecto subjetivo”.

Arriscaríamos a afirmar – já que não nos esquivamos a nos comprometer – que o esforço de Nietzsche para decifrar esse paradoxal movimento da cultura europeia inicia-se, com argumentos e objetivos bem delineados, em *Para Além de Bem e Mal*. Seriam muitas as passagens que poderíamos aqui citar que ilustrariam todo o empenho do filósofo para não ceder à sedução niilista, pois, como narra uma famosa passagem inicial dessa obra, a filosofia antes de mais nada é um saber colocar bem a pergunta pelo “em si” de um valor, pela sua autoevidência; filosofar, nesse caso, é saber muito bem quem é Édipo e quem é a Esfinge. Acusar sem mais o pensamento nietzscheano de embotamento ante o “saber por em questão”, ante o “saber bem perguntar”, parece-nos ser simplesmente um *argumentum ad hominem*, pois ataca justo aquilo que constitui a principal fonte energética de sua filosofia madura: *a coragem para o questionar a vontade de verdade, a coragem para radicalizar a experienciada consciência ascética no campo da ciência, a coragem para uma vivência crítica do niilismo*.

Como dito, não seria difícil encontrar em *Para Além de Bem e Mal* os pilares desse projeto de crítica da consciência científica. Por exemplo, na seção 22 de *Para Além de Bem e Mal*, quase sempre a polêmica do “filólogo” Nietzsche com a ciência positiva da natureza é concebida pelos estudiosos de seu pensamento como disputa epistemológica, como se Nietzsche apontasse para a idiosincrasia da interpretação da ciência positiva da natureza ao tomar como “dado”, como um “texto”, a existência de uma *adequação* dos eventos naturais a leido conhecimento. Cito Nietzsche sobre isso:

Que me sejam concedidas desculpas por ser um velho filólogo, que não pode abrir mão da maldade de colocar o dedo em más artes de interpretação: mas aquela “regularidade da natureza” da

qual falam os físicos de modo orgulhoso, como se – [isso] existe apenas devido às interpretações deles e à sua “filologia” ruim, – ela [a regularidade da natureza] não é um fato (*Thatbestand*), não é “texto”, antes apenas um arranjo e distorção de sentido ingênuo e humanitário, com os quais, satisfatoriamente, abriram concessões aos instintos democráticos da alma moderna! (KSA 5, p. 37)

Que Nietzsche estivesse pensando numa concepção de ciência vinculada ao poder político de sua época, muito provavelmente a *Real Politik* de Bismarck, só isso pareceria desautorizar aquela compreensão de viés estritamente epistemológico, dominante, aliás, praticamente em todas as intervenções dos intérpretes neste primeiro capítulo de *Para Além de Bem e Mal*.⁸ Nietzsche fala como filólogo, como “velho filólogo”, para que o leitor não confunda sua antiga arte de interpretação com a “moderna”, com a má filologia; a dizer, para que o leitor não confunda sua arte filológica com “ciência”. O ponto de embate encontra-se, a nosso ver, no estatuto autoevidente, “factual”, que a perspectiva correspondencial (a adequação da natureza a leis do conhecimento) tem para o saber científico. Que os cientistas possam divergir acerca dos modelos teóricos que explicam tal correspondência, eles jamais duvidariam *do fato dessa correspondência*, isto é, da factualidade de leis da natureza, e disso é testemunho o *Discurso Sobre o Espírito Positivo* de Auguste Comte⁹. Ou tais leis naturais são tomadas como “dadas”, ou o próprio conhecimento “científico” (positivo) da realidade seria inviabilizado. Mas a “maldade” do velho filólogo

⁸ Por exemplo, consultar: BURNHAM, D. *Reading Nietzsche. An Analysis of Beyond Good and Evil*. Stocksfield 2007. ACAMPORA, C. Davis and PEARSON, K. Ansell. *Nietzsche's Beyond Good and Evil. A Reader's Guide*. London 2011. LAMPERT, L. *Nietzsche's Task. An Interpretation of Beyond Good and Evil*. New Haven 2001. SCHACHT, R. (ed.). *Nietzsche's Postmodernism. Essays on Nietzsche's Prelude to Philosophy's Future*. Cambridge 2001.

⁹ “O princípio da invariabilidade das leis naturais só começa realmente a adquirir alguma consistência filosófica quando os primeiros trabalhos verdadeiramente científicos puderam manifestar exatidão essencial a respeito de uma ordem inteira de grandes fenômenos, o que só poderia resultar, de modo suficiente, da fundação da astronomia matemática, durante os últimos séculos do politeísmo. (...) Um primeiro esboço especial do estabelecimento de leis naturais em relação a cada ordem principal de fenômenos foi, em seguida, indispensável para conferir a tal noção essa força inquebrantável que começa a apresentar nas ciências mais avançadas”. In COMTE, A. *Discurso sobre o espírito positivo*. In “Coleção Os Pensadores”. Trad. José Arthur Giannotti. Abril Cultural, 1978, pág. 50.

Nietzsche não consiste numa simples rejeição do valor epistêmico que os cientistas supõem em seu conhecimento da natureza, mas antes na realidade que eles pretendem acessar supondo tal e tal modelo explicativo (a “regularidade da natureza”) *como dado*, como algo que valeria *independentemente de uma série determinada de interpretações*.¹⁰ Tal como em muitas outras passagens de *Para Além de Bem e Mal*, o que está sendo colocado em questão aqui não é o estatuto epistêmico que a ciência pode ter de uma certa realidade, mas o estatuto de um certo modo de interpretar dominante, um certo modo de avaliar a realidade que se supõe *dado*, que se supõe um “texto”, que não pode ser, ele próprio, interpretado. E é aí que o dedo do velho filólogo toca com certa maldade, a saber, quando a própria adequação da natureza a leis pretende ser um paradigma científico não passível de interpretação; quando algo passa a valer como *dado*, como um *fato* para o pensamento: eis o exato momento em que a ciência tiraniza, o momento em que ela exerce seu mais forte poder sobre o pensar, ali onde a “regularidade da natureza” torna-se um valor auto imune à própria reflexão. “Assim é que vocês querem [...]”, afirma Nietzsche na seção 22, “e por isso ‘viva a lei natural!’ – não é verdade?” O tom já é de polêmica, pois visa a problematizar justamente a suposta *ininterpretabilidade* das “leis da natureza”, busca problematizar tudo aquilo que para a ciência vale como “fato”. A ciência como má filologia é a metáfora arranjada por Nietzsche em *Para Além de Bem e Mal* com um intuito claro: *ele almeja diagnosticá-la a partir de seus supostos ininterpretáveis pressupostos*. A ciência seria um tipo de interpretação que não se quer deixar interpretar como tal, isto é, como saber que carece de pressupostos, e a suspeita de Nietzsche é de que isso ocorra exatamente para camuflar as intenções de dominação presentes em seu suposto discurso imparcial.

Numa anotação póstuma de maio-julho de 1885, portanto, preparatória a *Para Além de Bem e Mal*, Nietzsche já havia procurado compreender mais a fundo como a ciência se tornou o modo mais eficaz de reivindicação de poder pelos saberes na modernidade, isto é, como ela *veio a ser um modo de interpretação dominante*.

¹⁰ Nietzsche argumenta claramente a favor desta tese na seção 14 de *Para Além de Bem e Mal* quando escreve: “Es dämmert jetzt vielleicht in fünf, sechs Köpfen, dass Physik auch nur eine Welt-Auslegung und -Zurechtlegung (nach uns! mit Verlaub gesagt) und nicht eine Welt-Erklärung ist:”. KSA 5, p. 28.

Superstição sobre os filósofos confusão com o homem *da ciência*. Como se os valores estivessem enfiados nas coisas e se tivesse apenas que fixá-los. Em que medida eles investigam sob valores *dados* (seu ódio pela aparência, corpo etc.) (...) Por fim, a confusão vai tão longe que considera-se o darwinismo como filosofia: e atualmente o domínio é do homem *científico*. Também os franceses [...] examinam ou julgam examinar sem já ter uma medida de valor. Prostrar-se diante dos ‘fatos’ um tipo de culto. Na verdade, eles *aniquilam* as avaliações morais dominantes. *Esclarecimento* desse mal-entendido: o dominante surge raramente, ele mal-interpreta a si mesmo. *Quer*, por isso, repelir de si a, e se capacitar à (*in die Umstände setzen*), autoridade. (...) Com Schopenhauer, começa a ficar clara a tarefa do filósofo, que trata de uma determinação do valor (...)(KSA 11, 35[44], p. 530-31)

O texto é escrito de maneira solta, sem qualquer atenção para a pontuação e estilo. Preferimos traduzi-lo assim, com sintaxe por vezes truncada, mantendo o caráter privado de sua escrita. Todos os pontos abordados nesse apontamento foram tematizados em *Para Além de Bem*, obra publicada em 1886, e isso não seria difícil demonstrar. Mas nossa pretensão aqui é bem mais modesta: pretendemos apenas compreender melhor a convergência feita por Nietzsche nesse apontamento entre ciência = fato = valor = autoridade. Primeiro, é mister compreender o que Nietzsche pretende apresentar como noção de “fato”, pois isso é decisivo para se entender o apontamento no geral. O conceito “fato”, no caso dos “franceses” (a filosofia de Auguste Comte), parece apresentar, numa definição geral, o *conjunto de uma realidade natural e/ou socialmente observável*, ou seja, o domínio dos objetos de análise estritamente científica. A contar por essa concepção de “fato”, que se depreende do contexto positivista, uma caracterização comum, que seria aceita por diversas correntes positivistas especialmente no século XIX, é a de que “fato” emprestaria sentido para uma realidade anterior a qualquer intervenção epistêmica, um conceito para algo, por um lado, não redutível simplesmente à experiência imediata, como objeto isolado dos sentidos, mas que por outro jamais pode ser considerado para além de uma constatação empírica. Ora, é justamente nesse caso que estar-se-ia tratando aqui da noção de “fato” *como um substrato imediatamente neutro a domínios de interpretação, tal qual uma realidade neutra de valor e sentido*

historicamente determinados, pois, enquanto “dado”, enquanto imune a contextos de valores pré-determinados, o “fato” é a noção para o *tornar possível* qualquer interpretação científica da realidade exterior, uma noção, supostamente extra-valorativa, para o condicionamento de toda reivindicação do pensamento que vise a acessar, por meio de interpretações, o real “cientificamente”. É como se, para entender o estatuto científico de um “fato”, fosse preciso *pressupor* o próprio fato como objeto (fenômeno) da ciência.

Ao falar de um “culto ao fato”, Nietzsche quer chamar atenção para isto: *o fato, tal como o concebe a ciência (positiva) no oitocentos, tem que ser, num primeiro momento, imune a domínios de interpretação, para então possibilitar interpretações que ofereçam valores às coisas de modo isento, por isso, com grau de certeza e exatidão*. A noção positiva de conhecimento, enquanto um saber que, restringindo-se à observação do conjunto da *realidade dada, factual* (o que é condição de todo experimento nas ciências positivas), alcança metodicamente resultados que podem ser previamente demonstrados – tal noção pressupõe, aos olhos de Nietzsche, que um discurso poderia interpretar a realidade “sem já ter uma medida de valor”. Sob esse aspecto, a noção de “fato”, o sentido próprio de “fato científico” é o conceito decisivo para a neutralidade axiológica nas ciências, e é nessa direção que Nietzsche pretende *dar um valor* para esse modo de julgar científico que se pretende imparcial quando julga. Longe de uma avaliação ingênua, o que Nietzsche parece querer destacar é que, justo pela neutralidade axiológica, o discurso científico adquiriu seu mais forte poder, sua incontestável “autoridade”. Com a frase citada nesse último apontamento: “Quer, por isso, repelir de si a, e se capacitar à (*in die Umstände setzen*), autoridade”, Nietzsche aponta para um jogo de forças, um jogo no qual discursos fixam raízes no universo linguístico de uma cultura: pela neutralidade axiológica, o discurso científico pretende *repelir qualquer tentativa de dominação* ao pretender repelir qualquer tipo de parcialidade no julgamento da realidade. Ora, mas é justamente aí que se encontra sua maior força de dominação. Essa dominação se dá, portanto, ali onde o discurso supostamente “livre de *um valor*”, “livre de elementos subjetivos”, pretende repelir qualquer outro acesso ao real, o que quer dizer, qualquer outro modo de interpretação. Esse parece ser o ponto nevrálgico do diagnóstico feito por Nietzsche na seção 204 de *Para Além de Bem e Mal*, onde trata do surgimento do “tipo cientista” a partir do “tipo erudito”, e isso pelo embotamento, na Europa, do espírito histórico.

Em especial, é o olhar dessa mixórdia de filósofos, os quais intitulam-se “filósofos da realidade” ou “positivistas”, que lança perigosa desconfiança na alma de um jovem e ambicioso erudito: sim, eles são, no melhor dos casos, os próprios eruditos e especialistas, basta tocar para ver! – sim, eles todos são homens superados e *submetidos* ao domínio da ciência, homens que quiseram mais de si num certo momento, sem ter razão a esse “mais” e sem ter responsabilidade para isso – e eles agora, de modo respeitável, colérico, vingativo, representam, em palavras e ações, a *descrença* na magna tarefa e na soberania da filosofia. Afinal: como poderia isso ser diferente! A ciência floresce hoje e, amplamente, tem boa consciência moral na história, porquanto aquilo que fez com que toda filosofia mais contemporânea afundasse gradualmente nos dias de hoje, esse resto de filosofia de hoje, produz viva desconfiança e frustração, quando não escárnio e compaixão para consigo mesma. Filosofia reduzida à “teoria do conhecimento”, isso de fato nada mais é do que epouquismo e teoria da abstinência (...) (KSA 5, p. 131-2).

Por pretender tornar a relação entre aquele que interpreta e objeto de interpretação independente de domínios historicamente determinados de valor é que o discurso científico se tornou a forma mais forte de valorar, bem como a mais perigosa – e aqui o tema do niilismo, com o qual iniciamos, pode ser, pouco a pouco, recuperado: se a ciência oitocentista não pode escapar ao fato de que ela mesma apresenta *uma* interpretação da realidade, de que ela é *um modo de valorar que se tornou dominante*, isso tornaria ainda mais complexa a *medida* por meio da qual ela valora, a medida por meio da qual ela dá sentido ao mundo. Mas por que uma medida perigosa? A resposta não é simples: *que ela tenha se tornado a atual “medida de todas as coisas”, recorrendo, para tanto, à neutralidade axiológica, isso implica também em dizer que ela mesma, a ciência, é o sentido dessa medida, e é nisso que consiste seu mais sorrateiro “ideal”*. Se nada pode ser “neutro a valor”, como quer Nietzsche, no que consiste, do ponto de vista do ato de valorar, um discurso que domina justo porque se coloca como isento, como um discurso neutro a valores historicamente determinados? Na *negação a valorações temporalmente determinadas*, aquelas que pertencem a uma série de interpretações, residiria o motivo pelo qual o *sentido* oferecido pelo discurso científico dominante *nada precise conter de real*. Que sentido o discurso científico então busca dar quando

subtrai do ato de valorar a própria realidade, sua temporalidade? Talvez Nietzsche responderia assim: *ele visa exclusivamente a impor seu próprio discurso como critério ideal para todo e qualquer ato de dar sentido, todo e qualquer ato de valorar*. O que se valora, o que se interpreta, quando se valora, quando se interpreta, quem e sob que condições valora e interpreta... *nada disso faz sentido*. Enquanto medida para todo e qualquer valor, a ciência almejava apenas ser o valor dessa medida, trata-se de um discurso que *quer ser sentido-único para valores em geral*, tornando-se, portanto, uma espécie de “sentido absoluto”, “sentido imune” a sentidos reais, históricos, temporais, até um grau em que esse “sentido” para todo e qualquer dar sentido possa significar *o que propriamente não existe, o que nada é*. Ora, isso, na verdade, é o que o próprio Nietzsche *literalmente* escreve em um apontamento do final de 1887 – início de 1888, denominado *crítica do niilismo*:

O niilismo como estado psicológico deverá aparecer primeiramente quando nós procurarmos em todo acontecer um “sentido” que aí não existe. (KSA 13, 11[99](351), p. 46)

Partindo de tais premissas talvez se torne mais clara aquela formulação que no início frisamos, qual seja, o niilismo como *ato de subtração da realidade do valor*. Quando o ato de valorar, bem como a própria coisa valorada, são concebidas para além de domínios de interpretação (como “algo em si”), isso não quer dizer que o valor posto por tal ato seja epistemologicamente mais exato, correto, mas apenas que tal ato é *dominante* justo por ter alcançado suprema autoridade, isto é, por não se permitir interpretar, portanto, ser problematizado, questionado, criticado.¹¹ Isso traria à tona uma importante implicação: apesar de não existir *algo que possa conter significado em si, isso não implica numa rejeição ao ato que procura dar sentido a algo que não existe, que procura em todo acontecer um sentido que ali não existe*. Pelo contrário, pois justo aí Nietzsche busca decifrar o ato de valorar niilista *como* interpretação; que aquilo que se

¹¹ Isso é literalmente afirmado por Nietzsche na seção 3 do novo prefácio a *Aurora*. “(...) in Gegenwart der Moral soll eben, wie Angesichts jeder Autorität, nicht gedacht, noch weniger geredet werden: hier wird — gehorcht! So lang die Welt steht, war noch keine Autorität Willens, sich zum Gegenstand der Kritik nehmen zu lassen; und gar die Moral kritisiren, die Moral als Problem, als problematisch nehmen: wie? war das nicht — ist das nicht — unmoralisch? —” NIETZSCHE, F. *Morgenröthe*, Vorrede 3. KSA 3, p. 12.

pretende significar pelo ato de valorar niilista não exista efetivamente, isso não quer dizer que algo ainda não permaneça aí “existente”, a saber, o próprio ato de significar, pois, na verdade, é ele próprio que se *impõe* como o que há de real quando *põe valor* em algo que não existe. A interpretação ou valoração niilista, *grosso modo*, é um tipo de interpretação cujo sentido atribuído por seu ato vale *simplesmente na busca de sentido*, isto é, quando esse modo de dar sentido torna-se, ele próprio, “o objetivo”, torna-se um “ideal”, e isso, mesmo para o caso de o *sentido oferecido por tal interpretação não conter qualquer realidade*, já que para Nietzsche esse sentido para um sentido sem realidade, literalmente, é sim um sentido existente, é um *sentido de nada*.

Ora, com essa perspectiva nos aproximamos novamente da significação de Nietzsche do niilismo como *Entwertung*, como *ato de subtração daquilo que há de real numa valoração*, como ato de extrair não o valor da própria da realidade, mas de conceber a “realidade”¹² como campo infértil para a origem dos valores que devem dominar, o que vale dizer que o próprio ato da *Entwertung* se torna não um valor, mas sim *o sentido de valor*, e que esse sentido, no fundo, tem que convergir com a autoridade do discurso que o põe (no caso, o discurso científico), tornando-se ele o próprio sentido (único) de qualquer medida de valor.

Se ainda há certa reticência, por parte do leitor, quanto à nossa inflexão sobre o modo de se tratar o tema do niilismo em Nietzsche, já que os textos mobilizados parecem não autorizar, sem uma mais aprofundada investigação, tal encaminhamento, gostaríamos, antes de concluir este artigo, de retomar a passagem final do apontamento 11, 35[44], de maio-julho 1885, no qual Nietzsche fala do “culto ao fato” pela ciência, e isso, para tentar esclarecer as razões desse nosso encaminhamento. Tomemos o trecho final do supracitado apontamento 11, 35[44], quando Nietzsche destaca que a tarefa da qual a filosofia, a partir de Schopenhauer, não mais pode se esquivar é a de *determinação do valor*. Ora, mas por que isso é importante? Com essa expressão ele não apenas estava abrindo o projeto de crítica da modernidade, perseguido em *Para Além de Bem e Mal*, mas sobretudo o projeto de uma genealogia da moral. Na nota à seção 17 da primeira dissertação da *Genealogia da Moral*, Nietzsche emprega a

¹² Recorde-se que Nietzsche cita em KSA 11, 35[44], págs. 530-31 o corpo, a aparência como exemplos de tais “realidades”.

expressão “determinação da hierarquia dos valores”, que, segundo ele, deveria tangenciar uma tarefa interdisciplinar em torno da questão, colocada por “alguma faculdade de filosofia”, sobre “o valor das valorações até então existentes”. Enquanto esforço exclusivo de diversas disciplinas do conhecimento, a tarefa da *determinação* pode ser pensada precisamente como *crítica* das anteriores determinações de valor, isto é, como crítica dos discursos dominantes que até então escamotearam a pergunta pelo valor (posto) de seus valores, que assumiram ser “sem-supostos” os valores-postos pelas suas interpretações, valores que (supostamente) *valiam de modo evidente por si*. O que Nietzsche quer com a tarefa de determinação é problematizar, como ele próprio escreve no fim da mencionada nota, o sentido desses valores, o sentido dessas determinações que não autorizaram até então uma crítica – genealogia seria justo o método para a *crítica do valor dos valores*.

Aliás, *Bestimmung* é um termo que poderia ser interpretado, de acordo com seu uso no alemão, de duas maneiras pelo menos: *bestimmen*, verbo do qual deriva, significa tanto conferir um sentido a algo, uma caracterização, como, conseqüentemente, significa oferecer uma delimitação, diferenciando uma coisa de outra. Se convergirmos tal noção como que até agora foi apresentado e discutido, pergunto-me se não poderíamos conceber que a tarefa de determinação do valor pelo método genealógico demonstraria (principalmente na terceira dissertação) o falseamento da determinação científica do valor, isto é, o falseamento do valor via neutralidade axiológica pretendida pela interpretação científica? Perguntaríamos ainda ao leitor se, enquanto determinação crítica do valor, a genealogia não visaria também a descortinar o valor naquilo que, para ter se tornado dominante, para deter os meios dominantes de valorar, carecia permanecer *indeterminado*, carecia permanecer *inquestionável*, *ininterpretável*, como que por detrás do poderoso escudo da neutralidade?

A seção 24 da terceira dissertação da *Genealogia da Moral* é certamente um texto privilegiado no sentido de discutir tal tarefa crítica de determinação do valor dos valores da ciência, já que naquele contexto ela é concebida por Nietzsche como uma das mais “recentes e mais nobres” formas da consciência ascética (cf. seção 23). E aqui encontramos talvez um terreno mais firme para futuros debates.

E agora observem novamente aqueles casos mais raros dos quais eu falava, aqueles últimos idealistas, que hoje existem entre

filósofos e eruditos: têm-se neles talvez *adversários* almejados do ideal ascético, [têm-se neles] *anti-idealistas* deste? Na verdade, eles *acreditam* em si mesmos enquanto tais, esses “descrentes” (pois isso todos eles são); parece que ser adversário desse ideal é exatamente o último grão de crença [deles], tão sérios eles são nessa posição, tão apaixonadamente são aí suas palavras, seus gestos: – por causa disso seria então necessário ser *verdade* aquilo no que eles acreditam?... (...) esses últimos idealistas do conhecimento, nos quais unicamente habita e encarna hoje a consciência moral do intelectual, – eles acreditam que eles próprios estão libertos tanto quanto possível do ideal ascético, esses “livres, *mui* livres espíritos”: e, no entanto, eu revelo a eles o que eles mesmos não podem ver – pois eles estão muito perto – justamente esse ideal é também *seu* ideal, eles mesmos mostram isso hoje, e ninguém a não ser eles talvez, eles próprios são sua mais espiritualizada aberração (*Ausgebur*t), seu mais avançado grupo de guerreiros e sentinelas, sua mais capciosa, tenra e incompreensível forma de sedução: – se eu sou, seja lá de que modo, um decifrador de enigmas, então eu quero sê-lo com essa frase!... há muito eles *não* são *espíritos livres*: *pois eles acreditam ainda na verdade*... (...) Eu conheço todos eles talvez de muitíssimo perto: aqueles veneráveis filósofos da abstinência, para os quais uma tal crença obriga, aquele estoicismo do intelecto, aquele *querer* ficar-parado (*Stehenbleiben-Wollen*) ante o que é factual (*vor dem Thatsächlichen*), ante o *factum brutum*, aquele fatalismo dos “*petits faits*” (*ce petit fatalisme*, tal como eu o nomeio), ali onde a ciência francesa atualmente busca por um tipo de primazia moral ante a [ciência] alemã, aquele ato de renúncia (*Verzichtleisten*) à interpretação em geral (ao que é violador, ao que faz deslocar, ao que abrevia, ao que abandona, ao que preenche, ao que condensa, ao que falseia e tudo mais que pertence à *essência* da interpretação) – da mesma maneira isso expressa, no mais alto grau, ascetismo da virtude, tal qual qualquer negação da sensibilidade (é, no fundo, apenas um *modus* dessa negação). Todavia, o que *constrange* para ela, [para] aquela incondicionada vontade de verdade, é a crença no *próprio* ideal ascético, [que], tal como seu imperativo inconsciente, não se enganaria acerca disso, – é a crença no valor *metafísico*, no valor *em si da verdade*, tal como ela é garantida e assegurada unicamente naquele ideal (ela depende daquele ideal). (...) Tomada rigorosamente, não existe qualquer ciência “sem

pressupostos”, o pensamento de uma tal ciência é impensável, paralogico: uma filosofia, uma crença, tem sempre que existir, para que a partir dela uma ciência tenha uma direção, um sentido, um limite, um método, um *direito* à existência. (...) Ainda é uma *crença metafísica*, sobre ela assenta-se nossa ciência, - (...) (KSA 5, p. 399-401)

Talvez agora nossa pretensão inicial tenha se tornado um pouco mais clara, um esforço que se direcionou no sentido de oferecer um outro encaminhamento ao polêmico debate em torno do niilismo, pois, com o exercício hermenêutico que a supracitada seção exige do leitor, qualquer tentativa de tergiversar do que ora apresentamos pode acarretar em mal-entendidos danosos à nossa inflexão. Perguntaríamos, então, como ressoam, depois de atenta leitura da seção 24, essas palavras de Nietzsche sobre o “tipo cientista”, sobre seu ideal, sobre seu modo de dar sentido via *negação do interpretarem geral*, que, parece-nos, deflagra o processo de *Entwertung* conduzido ali pela consciência científica. A pergunta pelo valor *de* valores tornados independentes de uma série de interpretações - a pergunta pelo valor em si de um valor - poderia convergir com esta outra pergunta: *como o pressuposto se tornou posto em um interpretar?* Ao argumentar que não há uma interpretação - no caso, a interpretação científica - sem pressupostos, Nietzsche não comete ingenuidades, pelo contrário, ele aprofunda sua questão principal, qual seja: como uma interpretação, um simples ato de por-valor, tornou-se dominante ao tornar a si mesmo ininterpretável? Eis aqui um dos mais iminentes perigos do niilismo, do niilismo inerente à interpretação de mundo da ciência, o niilismo enquanto *suposto sentido sem-pressuposto, uma interpretação, nas palavras de Nietzsche, que tem sentido justo ao nada significar.*

Bibliografia:

- COMTE, A. *Discurso sobre o espírito positivo*. In: “Coleção Os Pensadores”. Trad. José Arthur Giannotti. Abril Cultural, 1978.
- HEIDEGGER, M. *Nietzsche*. 2 Bde. Günther Neske Pfullingen, Fünfte Auflage, 1989.
- MÜLLER-LAUTER, W. *Heidegger und Nietzsche. Nietzsche-Interpretationen III*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2000.

NIETZSCHE, F. *Sämtliche Werke: Kritische Studienausgabe in 15 Bänden*. Hg. G. Colli und M. Montinari. Berlin/New York: Walter de Gruyter/DTV, 1999.

Email:andreimg@hotmail.com

Recebido: 06/2014

Aprovado: 03/2015